



Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução

Geraldine Rosas Duarteⁱ •

Resumo:

O conflito no Mali possui raízes que remontam à independência do país, ocorrida em 1960, e a crise atual se caracteriza como a quarta rebelião tuaregue, cujo objetivo é a independência da região norte – Azawad. No que diz respeito ao processo de resolução do conflito, o cenário atual, marcado pela intervenção da França, é complexo e pouco promissor, diante da necessidade de se alcançar uma paz durável na região.

Palavras-chave: Conflito no Mali – rebelião tuaregue – resolução de conflitos

Abstract:

The conflict in Mali has roots that go back to the country's independence, which occurred in 1960. The current crisis is characterized as the fourth Tuareg rebellion whose aim is independence for the northern region - Azawad. Regarding the process of conflict resolution, the present scenario, marked by France's intervention, is complex and unpromising, given the need to achieve lasting peace in the region.

Key-words: Mali conflict – Tuareg rebellion – conflict resolution

Em janeiro de 2013 o conflito no Mali ganhou atenção em virtude de um sequestro ocorrido numa refinaria de gás na Argélia, que resultou na morte de mais de 20 reféns. O responsável pelo sequestro, o militante islâmico Mokhtar Belmokhtar, afirmou que o objetivo era exigir o fim da intervenção francesa no Mali, iniciada no começo deste ano (BBC BRASIL, 2013). Embora a tensão no Mali só tenha ganhado destaque na mídia brasileira a partir desse episódio, a crise vivida pelo país durante todo o ano de 2012 pode ser identificada como a quarta rebelião tuaregue e está inserida num conflito que se desenrola desde a década de 1960. Os tuaregues são um povo de cultura nômade pastoril que vive no norte do Mali e em menor proporção em regiões do Níger, Burkina Faso, Argélia, Mauritânia e Líbia.

O Mali é uma antiga colônia francesa localizada no interior da África Ocidental. O país, que se tornou independente em 1960, se localiza na região africana do Sahel, uma faixa semiárida situada entre o deserto do Saara e as terras mais férteis a sul. É um dos 25 países mais pobres do mundo, com um IDH extremamente baixo (0,359) e, segundo dados do IBGE (2013), a população de cerca de 16 milhões de habitantes tem uma expectativa média de vida que não ultrapassa os 51 anos de idade. Os malineses são majoritariamente muçulmanos e, do ponto de

vista étnico, se dividem em bambaras (50%), fulanis (17%), tuaregues (10%), chongais (6%), dentre outros grupos (CIA FACTBOOK, 2013).

Como essa análise pretende evidenciar, o conflito no Mali possui uma trajetória complexa no que tange ao processo de resolução, visto que diversas tentativas de alcançar a paz, algumas delas bastante promissoras, fracassaram ao longo dos anos. O cenário atual é complexo e pouco promissor, quando se considera a aproximação dos grupos rebeldes tuaregues a grupos terroristas e a resposta das grandes potências e das organizações internacionais a essa ameaça, representada nitidamente pela intervenção francesa no país.

As rebeliões tuaregues

O conflito tuaregue no Mali está relacionado à complexa história do país pós-independência. Ao final do período de colonização europeia, o Mali era profundamente subdesenvolvido, não possuía infraestrutura básica e a população era composta fundamentalmente por agricultores e pastores nômades. O primeiro presidente, Modibo Keita, buscou desenvolver e modernizar o país por meio de um regime socialista autoritário e alinhado à URSS, que se posicionava contrário ao nomadismo. Esse estilo de vida era visto como retrógrado, improdutivo e indesejável. Keita entendia que a sedentarização dos nômades tuaregues era vital para o desenvolvimento do país, para que essa população pudes-

se ser transformada em cidadãos “produtivos”. Os tuaregues ficaram rotulados como “*les malis inutiles*” (os malineses inúteis) e, naturalmente, a política de modernização foi vista por esse grupo como uma nova forma de colonização (BENJAMINSEN, 2008).

É importante dizer que, concomitante a esse processo, foi surgindo em meio à população tuaregue o desejo pela independência, o sonho de constituir um Estado autônomo, chamado de *Azawad*. Nos primeiros anos após a independência do Mali, a discriminação e a marginalização da população tuaregue no processo de modernização do país foi se tornando evidente e, apesar de carecerem de uma agenda política unificada, iniciou-se no norte, em 1962, a primeira rebelião. A violência escalou durante o ano de 1963 e foi violentamente reprimida pelas forças armadas do governo, equipadas com armamentos soviéticos. Ao final de 1964, o governo tinha sido capaz de vencer militarmente os rebeldes e de submeter a população tuaregue a uma rígida administração militar, gerando um grande fluxo de refugiados (KEITA, 1998).

Em 1968, o presidente Modibo Keita foi deposto por um golpe militar organizado pelo tenente Moussa Traoré, que assumiu o governo. Esse ano foi também caracterizado pelo início de um longo e devastador período de seca que atingiu a região africana do Sahel. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela seca que atingiu violentamente as regiões tuaregues e contri-

buiu para aprofundar a marginalização dessa população. Muitas pessoas, por exemplo, migraram para países vizinhos ou para áreas urbanas, a fim de buscar trabalho e condições de subsistência.

Durante os anos 1980, em virtude do problema ambiental, o Mali contou com a ajuda humanitária internacional, mas esse foi mais um motivo de ressentimento para o povo tuaregue. O grupo nômade alegou que os recursos não chegaram à região norte e que boa parte deles foi usada em construções privadas na capital, Bama-ko, o que ficou conhecido como “*chateaux de la sécheresse*” (castelos da seca). Esse descontentamento, associado à mobilização de grupos tuaregues no norte do Mali, na Argélia e na Líbia culminou na segunda rebelião, que teve início em junho de 1990 (BENJAMINSEN, 2008).

Embora os tuaregues ainda não demonstrassem exatamente uma unidade em torno de um único movimento de insurgência¹, dessa vez os grupos estavam muito mais bem organizados e equipados². Após vários meses de confrontos no norte do país, o governo do Mali assinou com os

¹ Segundo Keita (1998), nesse momento existiam pelo menos quatro grupos insurgentes maiores e diversos grupos menores.

² Após a primeira rebelião muitos tuaregues migraram para países vizinhos, especialmente para a Líbia, atraídos pelas oportunidades de trabalho na indústria do petróleo e, a partir dos anos 1970, pela oportunidade de fazer parte das forças militares de Muammar Kadafi. O líder líbio incorporou muitos tuaregues voluntários nas forças armadas, o que permitiu que, no final da década de 1980, por causa da crise econômica na Líbia, muitos deles retornassem ao Mali com treinamento e experiência suficientes para se engajarem na segunda rebelião (BLAYDES e MAIO, 2010).

rebeldes tuaregues, em 1991, um acordo de paz, conhecido como Acordos de Tamanrasset, que previa, dentre outros aspectos, maior autonomia para as províncias do norte, investimentos na economia e infraestrutura dessa região e integração dos tuaregues às forças regulares do Mali e a todas as instâncias administrativas do governo (KEITA, 1998).

Esse acordo gerou um grande ressentimento nos demais povos do Mali, como os chongais, por exemplo, e suscitou diversos protestos contra o governo de Moussa Traoré, acusado de atender excessivamente as demandas dos rebeldes. Os protestos culminaram num golpe de Estado, em março de 1991. O governo transitório, conduzido por Amadou Toumani Touré, não fez grandes esforços para honrar o acordo de paz já existente, mas convocou uma conferência nacional, com a presença de mediadores estrangeiros, para discutir arranjos políticos futuros. Como resultado dessas negociações, foi assinado entre o governo e os representantes de diversos grupos rebeldes o Pacto Nacional, que reconhecia a necessidade de desenvolvimento socioeconômico da região norte e enfocava a reconciliação nacional como um caminho vital para a resolução do conflito (BLAYDES e MAIO, 2010).

No mesmo mês em que foi assinado o Pacto, foi eleito Alpha Oumar Konaré, na primeira eleição multipartidária do país. Apesar das dificuldades e da persistência da violência, avanços em direção à paz ocorreram nos anos seguin-

tes e, em 1996, os movimentos armados tuaregues foram formalmente dissolvidos numa cerimônia conhecida como Chama da Paz, em que centenas de armas foram destruídas (LODE, 2002).

Em 2002, Amadou Toumani Touré foi eleito presidente, enquanto um novo período de seca assolava o Mali. Em 2006, novos grupos rebeldes começaram a se organizar e promover ataques, alegando insatisfação com o governo diante da lentidão na implementação do Pacto Nacional, o acordo de paz que colocou fim à segunda rebelião. Os anos de 2007 e 2008 foram marcados por hostilidades no norte do Mali e na região de Agadez, no Níger, caracterizando a terceira rebelião tuaregue. Tentativas de mediar um acordo de paz foram encabeçadas pela Argélia durante esse período e resultaram, apesar da resistência de alguns grupos³, numa nova cerimônia de paz, em fevereiro de 2009, que incluiu a entrega de armas por rebeldes tuaregues e novos arranjos para incorporação dos combatentes às forças armadas do Mali (IRIN, 2013).

A despeito da formalização, pelo governo malinês, de programas para a paz e o desenvolvimento da região norte, em outubro de 2011 foi criado o Movimento Nacional pela libertação de *Azawad* (MNLA)⁴, cujo principal

³ O principal grupo que se opôs ao acordo de paz foi a Aliança Tuaregue Níger-Mali (ATNM).

⁴ A formação desse grupo se deu pouco tempo depois da morte, num acidente de carro, do líder do ATNM, Ibrahim Ag Bahanga, que supostamente estava envolvido no recrui-

objetivo seria libertar a população tuaregue da ocupação do território pelo Mali. Em janeiro de 2012, o MNLA começou a promover ataques no norte do país, acusando o governo de não cumprir suas promessas em relação à população tuaregue. Teve início, então, a quarta rebelião.

A violência no Mali escalou rapidamente nos primeiros meses de 2012, em virtude de confrontos entre os rebeldes e as forças governamentais. Em 22 de março, militares anunciaram a deposição de Amadou Touré, acusado de não conduzir adequadamente a política durante o conflito. Um mês depois, os insurgentes tuaregues já haviam tomado o controle do norte do país, declarando a independência do *Azawad*. Nesse período, para garantir os objetivos de independência, o MNLA se aliou ao grupo islâmico radical *Ansar Dine*⁵, que busca a imposição da *sharia* (lei islâmica) e possui ligações com o braço da Al Qaeda no norte da África. O restante do ano de 2012 foi marcado por uma intensa onda de violência e, uma vez no controle da região norte do país, os rebeldes ameaçaram tomar a capital. Em janeiro de 2013 o governo do Mali pediu ajuda à França, que concordou em intervir no conflito. Em poucos dias, as tropas francesas já haviam retomado o controle das principais

cidades do norte, embora as hostilidades ainda continuem no território (BBC, 2013).

O processo de resolução do conflito: desafios para uma paz estável

A resolução de um conflito, segundo Wallensteen (2002), pode ser definida como um processo no qual as partes entram em acordo para resolver suas incompatibilidades. Tal acordo indica que cada oponente aceita que o outro continue existindo enquanto uma “parte”, no sentido de que aceitam que o outro lado seja, no futuro, um ator com o qual tenham que negociar. O processo de resolução, portanto, é abrangente e visa alcançar uma situação de paz estável, na qual as partes envolvidas são capazes de coexistir de maneira pacífica, resolvendo suas divergências de forma negociada, sem uso da força e da violência (CROCKER, HAMPSON e AALL, 2003).

A tentativa de colocar fim à primeira rebelião, na década de 1960, não deve ser considerada exatamente como uma tentativa de resolver o conflito e sim como uma forma de solucioná-lo, já que o governo não se propôs a negociar com os tuaregues. O objetivo era vencer militarmente e colocar fim ao conflito, sem que houvesse uma preocupação em gerir as incompatibilidades. Contudo, como afirma Alexis Heraclides (1997), vitórias militares são um caminho arris-

tamento de rebeldes tuaregues vindos da Líbia. O novo grupo foi resultado da fusão de uma ala radical do ATNM com outro grupo já existente, o Movimento Nacional do *Azawad* (MNA).

⁵ Andrew Harding (2012), numa reportagem feita para BBC, afirmou que a rebelião tuaregue estava sendo “sequestrada” pelos radicais islâmicos que passaram a impor a *sharia* nas cidades que eram tomadas pelos rebeldes.

cado para colocar fim a um conflito separatista. Partindo da análise de 70 conflitos, ocorridos entre 1945 e 1996, Heraclides percebe que aqueles conflitos que terminam por meio de vitórias militares apresentam grandes chances de ressurgir, tendo em vista que as causas que os geraram não foram resolvidas.

No caso do Mali, muito embora o governo tenha sido capaz de reprimir militarmente a primeira rebelião, as atrocidades e violações aos direitos humanos cometidas contribuíram para aumentar o clima de medo e desconfiança no norte do país. Muitos tuaregues que não haviam apoiado os grupos rebeldes, diante da repressão governamental passaram a apoiar o separatismo. Além disso, por mais que o governo tenha prometido melhorias e investimentos na região norte, a falta de recursos e incapacidade de efetivar as promessas acentuaram o ressentimento da população tuaregue (KEITA, 1998).

Já na década de 1990, é possível identificar verdadeiras tentativas de resolver o conflito, nessa época, caracterizado pela segunda rebelião. Os acordos de Tamanrasset atendiam muitas demandas da população tuaregue, incluindo a alocação de recursos para o desenvolvimento da região de *Azawad*, a integração de tuaregues no Exército do Mali e em outros órgãos públicos e, especialmente, a concessão de autonomia regional para gerir questões locais segundo as tradições e hábitos culturais do povo nômade (BLAYDES e MAIO, 2010). Esse último ponto,

a concessão de autonomia, é um aspecto fundamental, considerado um dos principais mecanismos para a resolução de conflitos de caráter separatista, pois funciona como uma espécie de denominador comum entre as partes, já que confere certo grau de independência à região separatista, ao mesmo tempo em que preserva a integridade territorial do Estado (WALLENSTEEN, 2002; LEVINE, 1996).

Fato é que os acordos de Tamanrasset não chegaram a ser implementados, nem sequer foram publicados oficialmente. Os rumores acerca das concessões feitas aos tuaregues suscitaram reivindicações por partes dos outros grupos étnicos, gerando muitos protestos e um golpe de Estado, que visava conduzir o país à democratização (LODE, 2002). Esse é, sem dúvida, um efeito colateral negativo que a concessão de autonomia, como mecanismo de resolução, pode gerar, sobretudo quando não há uma participação popular abrangente nas negociações (LEVINE, 1996).

O novo governo, a despeito de não ter se comprometido com os acordos anteriores, convocou uma conferência nacional para definir o futuro político do Mali, numa tentativa de incluir os diversos grupos étnicos nas negociações em torno da democratização do país. Embora essa conferência não tivesse como pauta principal a resolução do conflito tuaregue, cerca de 190 representantes da região norte se reuniram para debater especificamente essa questão. Essa mobi-

lização levou o governo a solicitar a mediação da Argélia na condução de negociações de paz que contassem com ampla participação da sociedade civil e dos grupos armados tuaregues. Rapidamente foi acordado um cessar-fogo entre o governo e o grupo *United Movements and Fronts of Azawad*, que reunia representantes dos vários grupos insurgentes tuaregues (LODE, 2002).

Esse foi um passo crucial na resolução do conflito, pois como afirmam Miall, Ramsbotham e Woodhouse (2005) o acordo de cessar-fogo, a despeito de não resolver as incompatibilidades, é um passo inicial importante porque cria um ambiente mais favorável às negociações, reduzindo as hostilidades e aumentando a confiança entre as partes. Além disso, qualquer negociação de paz, para que seja bem sucedida, precisa envolver diretamente as partes em conflito, levando em conta os interesses de ambos, o que parece ter acontecido naquele momento. Como resultado, foi assinado o Pacto Nacional, acordo de paz que se baseava em quatro aspectos principais: paz e segurança na região norte, reconciliação nacional, iniciativas em prol do desenvolvimento socioeconômico do norte do país e a concessão de um status especial de autonomia para a região (LODE, 2002).

Aparentemente, o acordo seria capaz de garantir a construção de uma paz estável na região, tendo em vista que atendia às demandas tuaregues e enfatizava a reconciliação nacional. A reconciliação é um processo de longo prazo, que

visa restaurar a relação entre as partes, de modo que elas possam aprender a conviver com suas diferenças de forma não violenta. É o processo que constitui a última transformação almejada pela resolução de conflitos (LEDERACH, 2003). O Pacto Nacional, portanto, foi visto com intenso otimismo, pois lidava com as incompatibilidades que geraram o conflito e ainda apresentava iniciativas em favor da reconciliação.

Apesar do otimismo, a implementação do acordo não foi uma tarefa fácil. Como afirma Stedman (2003), a implementação é a etapa mais delicada da resolução, já que existem diversos fatores que podem comprometer o seu sucesso. Um fator crucial é a presença de partes recalitrantes (*spoilers*), entendidas como líderes ou grupos que não concordam com o acordo de paz e se dedicam a sabotar a implementação, por meio da violência. No caso do Mali, alguns grupos insurgentes radicais contribuíram para a escalada do conflito durante os primeiros anos da década de 1990. Em contrapartida, o governo intensificou a inclusão popular nas negociações, promovendo dezenas de encontros comunitários para suscitar discussões e acordos de paz no nível local. O resultado foi tão positivo que o fim da guerra civil no Mali foi declarado em 1996, quando centenas de armas foram queimadas voluntariamente na cerimônia de reconciliação, chamada de Chama da Paz.

Por volta de 10 anos depois, como já foi comentado, novos grupos armados tuaregues

começaram a se mobilizar e dessa vez o desafio para a implementação do acordo de paz foi a própria incapacidade do governo de investir recursos no desenvolvimento da região norte. Como afirma Nicole Ball (2003), a reconstrução de países assolados pela guerra é uma tarefa complexa e de longo prazo, especialmente quando existem condicionantes geográficos, como é o caso da região do Sahel. Entretanto, é importante que a população perceba as iniciativas e o comprometimento do governo, para que o conflito não ressurja. A insatisfação e o sentimento de abandono e marginalização são as causas principais do ressurgimento do conflito no Mali em 2006 e em 2011. Não se pode desconsiderar, também, a influência e apoio de grupos rebeldes localizados em países vizinhos, outro fator limitador da implementação dos acordos de paz segundo Stedman (2003).

O contexto atual, marcado pela intervenção da França, não é promissor quando se considera a necessidade de gerir as incompatibilidades para resolver o conflito. Fica evidente que, em virtude da participação de grupos radicais islâmicos na rebelião, a intervenção francesa tem como objetivo combater o terrorismo⁶, o

que faz com que o conflito no Mali acabe ganhando uma dimensão muito distinta de seu escopo original. Não se pode interpretar a intervenção como uma operação de *peace-keeping*, destinada a manter um cessar-fogo e contribuir para as negociações, visto que não há nenhum cessar-fogo, muito menos qualquer tipo de tentativa de negociação entre governo e rebeldes. A intervenção francesa, declaradamente, se direciona a apoiar o governo malinês, auxiliando-o a combater e vencer militarmente os rebeldes e retomar o controle do território.

O ponto central é que, de um modo geral, intervenções de potências estrangeiras e de organizações (internacionais e regionais) nem sempre são benéficas para a resolução do conflito. Como afirma Connie Peck (2003), a presença estrangeira pode, em alguns casos, enfrentar oposição de uma das partes e acentuar as rivalidades. No caso específico do Mali, uma intervenção que tenha como bandeira o combate ao terrorismo afasta a possibilidade de negociações diretas entre as partes e viabiliza uma vitória militar que, provavelmente, contribuirá, no futuro, para o ressurgimento do conflito.

Considerações finais

Como é possível perceber, o processo de resolução do conflito no Mali é marcado por várias tentativas de colocar fim às incompatibilidades entre as partes, embora nenhuma delas

⁶ Poucas semanas antes de autorizar a intervenção no Mali, a França havia rejeitado um pedido do presidente da República Centro-Africana para que fossem enviadas tropas francesas ao país, que também passa por um conflito interno. O presidente francês, François Hollande, afirmou que a França não iria mais intervir em questões domésticas de suas antigas colônias. Já em relação ao Mali, o governo francês justifica seu envolvimento por se tratar de uma ameaça terrorista (BBC BRASIL, 2013).

tenha sido de fato bem sucedida. Em alguns casos, pode-se afirmar que as medidas empregadas acabaram contribuindo para aprofundar as diferenças e as rivalidades, fazendo com que o conflito experimentasse algumas fases de ressurgimento, observadas nitidamente nas rebeliões tuaregues. Apesar do conflito apresentar, em dados momentos, avanços expressivos no processo de resolução, dificuldades de implementação dos acordos não permitiram que uma paz estável fosse alcançada entre as partes.

A crise atual gera sérias implicações para a segurança regional e a intervenção de atores externos confere ao conflito uma dimensão internacional que pode, inclusive, ter desdobramentos muito significativos para o processo de resolução. Lidar com a questão tuaregue considerando apenas a necessidade de combater o terrorismo, como evidencia a intervenção francesa, é algo que camufla as causas originais do conflito e distancia a possibilidade de se alcançar uma paz durável na região, já que, como mostrou o desfecho da primeira rebelião, uma vitória militar pode não ser a melhor alternativa.

Referências

- BALL, Nicole. The challenge of rebuilding war-torn societies. In: CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.
- BBC. **Mali profile**. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13881370>> Acesso em 03 fev. 2013.
- BBC. **Ex-Gaddafi tuareg fighters boost Mali rebels**. 17 de outubro de 2011. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-15334088>> Acesso em 05 fev. 2013.
- BBC BRASIL. **Quem é quem no conflito no Mali**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130115_mali_quemequem_bg.shtml> Acesso em 04 fev. 2013.
- BBC BRASIL. **Argélia prende cinco seqüestradores de refinaria**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130120_argelia_prisao_mdb.shtml> Acesso em 01 fev. 2013.
- BENJAMINSEN, Tor. Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg Rebellion in northern Mali. **Journal of Peace Research**, v.45, n.6, 2008.
- BLAYDES, Lisa; MAIO, Jennifer. Spoiling the Peace? Peace process exclusivity and political violence in north-central Africa. **Civil Wars**, v.12, n.1-2, 2010.
- CIA FACTBOOK. **Mali**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ml.html>> Acesso em 01 fev. 2013.
- CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.
- HARDING, Andrew. **The islamists hijacking a rebellion in Timbuktu**. BBC News, 5 de julho de 2012. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-18723035>> Acesso em 04 fev. 2013.
- HERACLIDES, Alexis. The ending of unending conflicts: separatists wars. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 26, n. 3, 1997.
- IBGE. **Países – Mali**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>> Acesso em 01 fev. 2013.
- IRIN NEWS. **Mali: Timeline of northern conflict**. Disponível em <<http://www.irinnews.org/report/95252/mali-a-timeline-of-northern-conflict>> Acesso em 03 fev. 2013.
- KEITA, Kalifa. **Conflict and conflict resolution in the Sahel: the tuareg insurgency in Mali**. Strategic Studies Institute. 1998. Disponível em <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub200.pdf>> Acesso em 01 fev. 2013.

LEDERACH. Civil Society and Reconciliation. In: CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.

LEVINE, Alicia. Political accommodation and the prevention of secessionist violence. In: BROWN, Michael E. (org). **The international dimension of internal conflict**. Cambridge: MIT Press, 1996.

LODE, K. Mali's Peace Process: Context, analysis and evaluation. **Conciliation Resources**. 2002. Disponível em < <http://africadata.no-ip.org>>. Acesso em 12 mar. 2013.

MIALL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution: the prevention, management and transformation of deadly conflicts**. Cambridge: Polity Press, 2005.

PECK, Connie. The role of regional organizations in preventing and resolving conflict. In: CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.

STEDMAN, S. International implementation of peace agreements in civil wars: findings from 16 cases. In: CROCKER, C.; HAMPSON, F.; AALL, P. **Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2003.

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding conflict resolution: war, peace and the global system**. London: Sage Publications Ltd, 2002.

Recebido em 26 de março de 2013

Aprovado em 09 de abril de 2013

ⁱ Professora dos cursos de graduação em Relações Internacionais da PUC Minas e do UNIBH. Membro do Grupo de Estudos Oriente Médio e Magreb – PUC Minas.